

## QUESTÕES NORTEADORAS OU QUESTÕES ORIENTADORAS NA PESQUISA CIENTÍFICA

Luiz Carlos dos Santos

Bastante patentado que nas Ciências Humanas e Sociais, o pesquisador poderá desenvolver sua investigação, tomando como base questões norteadoras ou questões orientadoras, em vez de trabalhar com hipóteses de pesquisa. Registrou-se em outros textos de opinião que, apesar dessa possibilidade, inclusive havendo crescimento do número de adeptos por essa linha de investigação, há uma forte corrente que discorda, sob a alegação da possível presença da dispersão na condução da pesquisa, bem como colocando dúvida quanto à validade do estudo.

Por outro lado, há outros autores, embora em número reduzido, que não trabalham com hipóteses de pesquisa nem com questões norteadoras/orientadoras, conduzindo o estudo, a partir do enunciado do problema e dos objetivos propostos no estudo. Exemplo típico dessa modalidade são os pesquisadores na área de educação. As bancas examinadoras vêm acatando as duas opções mais recentes de operacionalizar uma pesquisa. Estando o tema bem delimitado, o enunciado do problema formulado de maneira clara/precisa e os objetivos fixados de forma conexa à problemática e ao alcance/objetivo geral do estudo, o que interessa é a elucidação do fato/fenômeno/ocorrência, dentro da logicidade e com um rico aporte epistemológico (teoria do conhecimento sob análise).

Então, o que vêm a ser as questões norteadoras/orientadoras? São indagações em torno da questão central - o enunciado do problema. Portanto, uma derivação da problemática; em outras palavras, questões secundárias, que guardam relação intrínseca com o cerne da problematização. Nesse caso, o pesquisador formula uma indagação-guia, qual norte para a pesquisa, no qual o estudo será focalizado e cria um rol de questões que têm conexão com o objeto a ser desvelado.

Saliente-se que as questões norteadoras/orientadoras, juntamente com o enunciado do problema, este preferentemente, formulado de forma interrogativa, serão trabalhados ao longo do corpo do estudo, tanto nos capítulos/seções, quanto com os resultados da Análise e Interpretação dos Resultados da pesquisa de campo; assim, são dissecadas, na sua plenitude, todas as referidas questões e enunciado do problema, de forma a esclarecê-los, obedecendo a um rito científico.

Tomando-se como base o tema e problema de que tratam os textos relativos a esses tópicos, ou seja: “Orçamento Participativo: um exemplo de transparência de Administração Pública do Município Alfa no ano 2006”; e, “Em que medida o orçamento participativo da cidade Alfa, em 2006, pode ser considerado uma referência de transparência na Administração Pública Municipal?”, respectivamente, poder-se-ia estabelecer como questões norteadoras / orientadoras: “Há convite para a participação da comunidade ou munícipes em reuniões com o fito de elaborar o orçamento do município Alfa?” “A convocação fica restrita à publicação em diário oficial ou inclui jornal de grande circulação?” “Há participação de entidades da sociedade civil organizada?” “As audiências públicas são realizadas de maneira participativa, permitindo a manifestação de qualquer cidadão da comunidade?” “As demandas sócio-econômicas são contempladas no processo planejamento-orçamento?” “A ampliação da receita, através de tributos, até então não instituídos, foram implantados em obediência ao ordenamento jurídico-tributário?”.

Observa-se, desse modo, que todas as indagações derivativas do problema têm afinidade/conexão com o que se quer elucidar; portanto, um estudo desse tipo pode ser considerado uma pesquisa com o rigor que a ciência impõe.